

Literatura e História

POR UMA ARQUEOLOGIA DO MODERNISMO *

Roberto Reis

(University of Minnesota)

RESUMO

Uma reflexão sobre as relações entre literatura e história não pode descurar do questionamento da própria historiografia literária. Neste campo, há muito por fazer na crítica brasileira. Este trabalho intenta ensaiar alguns passos neste terreno, pensando aspectos implicados no Modernismo, mediante o exame do ambiente intelectual da *belle époque*, no qual encontraria marcas ideológicas igualmente pinçáveis nos escritores dos anos 30. Focalizando, de passagem, Humberto de Campos e Hilário Tácito, constato uma continuidade subterrânea que me leva a propor uma arqueologia do Modernismo, a qual deveria iniciar escavações bem antes da Semana de 22. Sugiro, ainda, ao menos como estratégia temporária, que se procure compreender o período em termos de uma *transição*, visto tal categoria melhor possibilitar uma compreensão do contraditório processo da modernização brasileira.

I

Recentemente, as relações entre Literatura e História têm sido exaustivamente repensadas. Após a negligência pelo histórico, constatável nas "close readings" imanentistas dos vários -ismos das primeiras décadas deste século, faz-se mister equacionar, e em termos não historicistas, o dinâmico diálogo intertextual entabulado entre o fenômeno literário e sua circunstância social.

Desde logo, há que se entender o próprio *continuum* da História não como uma pacífica linearidade, mas como um intrincado jogo de rupturas bruscas, de permanências, de superposições e embaralhamentos. Por outra parte, na medida

* Trabalho apresentado no Simpósio da Midwest Modern Language Association, Columbus, Ohio, Nov. 1987.

em que se pressuponha que o texto literário habita o **espaço da cultura** — espaço este discursivo por definição¹ — e que, aí inserido, ele convive e se embebe de outros textos e linguagens, o problema que se coloca é encontrar pegadas do histórico no literário. Ou, ainda: restabelecer as interseções entre a literatura e a formação social, com o propósito maior de compreender a cultura em toda a sua complexidade.

Tais considerações acabam ramificando na questão particular da historiografia literária, que merece ser retomada em distintos parâmetros. De que modo e a partir de que critérios são os autores e textos canonizados? Quais as categorias que norteiam a periodização de uma literatura? Que componentes ideológicos estarão subjacentes ao processo de consagração de escritores e obras?

Se enfrentamos o caso da literatura brasileira, ao lado destas especulações de caráter geral e teórico surge uma série de problemas mais específicos e a conclusão a que se chega, a despeito do avanço da crítica literária brasileira nos últimos anos, é que há muito por ser feito. Permito-me, de forma sumária, enumerar algumas destas tarefas: a) há que se reler os textos/autores privilegiados a partir de uma nova maneira de ler (em síntese e de modo por demais abrangente: menos esteticista e mais social); b) há que interpretar textos, autores e gêneros considerados “menores”; c) há que se estudar aspectos pouco abordados dos escritores canônicos; d) há que se dedicar atenção aos discursos tidos por “não-literários”. A este conjunto de desafios à crítica, agregaria a necessidade de um maior aprofundamento na própria História e na sociologia da vida intelectual. Não existem, por exemplo, suficientes estudos sobre as relações das literaturas com as demais manifestações culturais. O imanentismo afastou o trabalho interpretativo tanto da circunstância em que foram produzidas as obras quanto dos que as conceberam. Claro que, no segundo caso, não se trata de reincidir num biografismo simplório ou psicologista — mas averigüiar o estatuto social do escritor brasileiro se revela um subsídio valioso e até mesmo, muitas vezes, indispensável. De igual forma, dispomos de escassos dados no que concerne ao consumo, à recepção, pelo público leitor, do texto literário no Brasil. Esta é, sem dúvida alguma, outra frente que está a reclamar estudos de fôlego, para se aquilatar, entre outras

1 Tenho amadurecido esta tese nos seguintes trabalhos: Por uma teoria da leitura. *Vozes*, 71(10):32-37. 1977; A leitura como diálogo. *Correio do Povo*. Caderno de Sábado, Porto Alegre, 19 ago. 1978; *Ler/Dialogar* — notas para uma teoria da leitura. Minas Gerais. Suplemento Literário, Belo Horizonte, 18 nov. 1978; O lugar da crítica e a crítica do lugar. Minas Gerais. Suplemento Literário, Belo Horizonte, 20 out. 1979; Tecendo a leitura. *Cadernos de Literatura*, 13:21-24, 1982; Para uma sociocrítica ou pedagogia da crítica. *Chasqui*, 14(1):16-21. 1984.

coisas, a repercussão do livro numa literatura que nunca foi pródiga de leitores.

O que se segue intenta tão somente avançar uns poucos passos neste vasto território, examinando, nos moldes de uma sociocrítica, facetas do chamado Pré-Modernismo (este período que começa a despertar interesse), a *belle époque* brasileira, com o propósito de esboçar o quadro intelectual da época e nele, muito de passagem, inserir dois autores, ambos pouco discutidos hoje em dia: Humberto de Campos, cujo centenário de nascimento ocorreu no ano passado, e o desconhecido Hilário Tácito, autor do intrigante *Madame Pommery*. Explorando estes escritores fora do circuito das histórias literárias brasileiras como que se pretende, também, colocar em xeque o processo de canonização que os relegou ao esquecimento. E contribuir, com uma arqueologia do Modernismo, para o estudo do processo de modernização da sociedade brasileira.

II

Por economia de espaço, deixarei de traçar um panorama da história da transição brasileira². Seria importante, no entanto, frisar que a *intelligentzia* da época apostou na modernização que poderia advir com a implantação da República, a qual ajudou a proclamar, fornecendo os suportes ideológicos necessários aos segmentos das camadas dirigentes que queriam livrar-se do trambolho monárquico, colocando o país nos trilhos dos tempos modernos. Uma vez proclamada, porém, a República desencadeia um doloroso processo de reajustamento social. Uma série de crises políticas, traduzidas em degolas e deportações, alvejarão não só as elites tradicionais e sua vasta clientela mas também os que estavam mais afinados com os anseios populares. Tratava-se de depurar o novo regime, expurgando os elementos mais exaltados, que transbordavam em ideais republicanos, e os que, ao contrário, demonstravam pouca simpatia pelas instituições implantadas com o golpe militar de 89. Na esfera econômica, a derrocada de fortunas seculares e o enriquecimento repentino de cidadãos sem nenhum lastro de tradição, propiciado pelo Encilhamento e por negociatas escusas,

2 Entendo por transição brasileira a passagem de uma economia agrário-exportadora e de uma sociedade basicamente senhorial, masculina e patriarcal para um modelo urbano-industrial, capitalista, no qual as classes médias (e mesmo o proletariado) desempenham um papel político cada vez mais relevante. As balizas do período poderiam situar-se mais ou menos entre 1850 e 1930. O que se segue, focalizando com maior ênfase a República — sintoma de modernização das instituições, no quadro brasileiro — aproveita, em grande parte, trechos de meu ensaio "O carpinteiro das letras", em REIS, R., org. *O miolo e o pão* (Niterói, EDUFF, 1986), uma antologia sobre Humberto de Campos.

ocasionará um revesamento das elites, dando surgimento ao *bourgeois nouveau riche*, que aliará a ganância material a um "conservadorismo arejado", na frente ideológica.

O mesmo procedimento de distilação se reproduzirá na capital federal. A urbanização do Rio de Janeiro, na gestão do prefeito "ditador", Pereira Passos, fará da cidade o maior centro cosmopolita do país. A operação foi apelidada pela sabedoria popular de "Bota Abaixo". Consistia na demolição de antigos casarões, agora tornados pardieiros habitados pela população pobre, para abrir largas avenidas (a Avenida Central é inaugurada em 1904) e embelezar o centro da cidade com praças e jardins, decorados com estátuas importadas da Europa. O saneamento não se restringe ao aspecto visual e urbanístico nem na erradicação das epidemias, com a promulgação da lei da vacina obrigatória, também em 1904. A Regeneração da capital precisa desinfetar a parte central, afastando os pobres e mendigos, degredados para os subúrbios e morros, reservando-a para o desfile chic e elegante, cuja passarela preferida é a rua do Ouvidor. A destruição da velha fisionomia da cidade complementa o desaparecimento da velha sociedade imperial, numa autêntica limpeza. Reprimem-se a serenata e o violão que a encarna; o carnaval que se deseja é o comedido, à europeia, com pierrôs e colombinas e arlequins e nada de fantasias populares, batuques ou cordões.

Abominam-se as pessoas suadas, mal vestidas e de pés no chão, e as metáforas de asseio, higiene, saneamento se disseminam no testemunho dos cronistas da época. A austeridade patriarcal e aristocrática das vestes escuras, sobre-casaca e cartola, é trocada pelo traje mais leve do paletó de casemira clara e do chapéu de palha. Verifica-se que as elites alçadas ao poder durante a Regeneração criam novos hábitos sociais. O importante é estar sintonizado com a última moda. A febre do consumo faz concorrência à febre amarela.

Na frente política, propugna-se pela instituição de um Estado-Nação brasileiro, bafejado pelos ares do ideário liberal e pela crença cega nos poderes da ciência. Acredita-se que a racionalidade desembocará no progresso material, conduzindo à paz, à fartura, à prosperidade. A intelectualidade que participou de tais mudanças e embarcou em tais ilusões terminará, todavia, relegada à margem do caminho. Ao invés de se deparar com uma sociedade burguesa, urbano-industrial, modelada pelos mandamentos do liberalismo e da razão, plasmada pelo figurino europeu, o que sucede é que esta fachada mascarará a outra face do Brasil, rural e agrário, comandado pelas oligarquias autoritárias e nada liberais,

ainda deitado no torpor de seu berço esplêndido, sem que o sopro do racionalismo perturbe seu sono. Os intelectuais investiram na República que ajudaram a deflagrar, funcionaram como catalisadores de uma transformação histórica, na esperança de que seriam brindados com o prêmio dos postos de liderança para os quais julgavam estar gabaritados. Seu ideal triunfa, mas frustrando suas expectativas e tomando rumo diverso. Em vez da razão e do conhecimento e da competência (o país governado por uma nata de homens capazes) ditarem o tom, o valor privilegiado e sacralizado é o de mercado. Em vista disso, tornam-se personagens socialmente inúteis, "mosqueteiros sem missão", na feliz síntese de Nicolau Sevcenko³. O sonho da República encalha na política café com leite, resultando no pacto entre governadores. As camadas dirigentes ligadas à produção e exportação do café, na sua feição mais retrógrada, aparadas as arestas provocadas pela comoção republicana, se aliam aos vetustos grupos oligárquicos regionais, utilizando-se das novas instituições para, de braços dados com o capitalismo internacional, manter o Brasil uma extensa fazenda senhorial.

Apesar da preocupação de conhecer a realidade brasileira em parâmetros mais críticos e menos idealistas e românticos peculiarizar algumas obras da virada do século (penso, por exemplo, em *Os sertões*, de 1902), a verdade é que a produção cultural das primeiras décadas de nosso novecentos está contaminada pelos germes da "parisina", esta atração incontrolável pela capital francesa. Os intelectuais voltam-se para a cultura européia como fórmula capaz de sacudir o país de sua letargia e atraso mental, colocando-o no compasso vertiginoso do progresso e da vida moderna. Dentro dessa coordenada, eliminar-se-á qualquer reminiscência dos padrões e costumes da sociedade tradicional, como impedir-se-á que a cultura popular macule este projeto, cosmopolita e mundano, identificado com o *fin-de-siècle* parisiense. De novo o saneamento, desta feita no âmbito cultural.

Os aburguesados podem desfrutar da Avenida Central, feita a sua assepsia, enxotando humildes e pedintes; podem exibir a sua janotice e empáfia e usufruir dos monumentos que enaltecem o anseio de ser europeu nos trópicos, sublime ambição da *belle époque* em sua versão tupiniquim. O esforço é no sentido de distilar a cultura, exorcizando-a de impurezas espúrias, que possam manchar este desejo de arianismo cultural.

3 Cf. o excelente estudo de SEVCENKO, *A literatura como missão*, São Paulo, Brasiliense, 1983.

Se alguns intelectuais serão agasalhados sob o manto burguês e oficial (o mais bem sucedido deles seria Coelho Neto), outros serão o mais das vezes críticos do regime (como Euclides e Lima Barreto). A boêmia não tem mais lugar, o escritor querendo gozar a tranqüilidade de um emprego público, construir um lar e ser pai de família (Aluísio Azevedo deixou de escrever desbragadamente quando se aboletou na carreira diplomática). Aos boêmios recalcitrantes veta-se entrada na Academia. Seja como for, amparados ou não no regaço do status quo, o fato é que os intelectuais gozaram de um prestígio invulgar, envoltos na aura da glória. Paralelamente, seu poder de fogo crítico e criativo se acha encolhido, estando às vezes anulado, quer pela co-optação, quer por manipular a literatura com o propósito de ascender socialmente e tirar proveito das benesses proporcionadas pela condição de escritor, fazendo da criação literária uma atividade frívola e inócua, simples lazer.

O processo de urbanização dá o andamento de toda a atmosfera cultural: a fachada é tudo. Há uma banalização da literatura (predominante na vida intelectual), agravada pela proliferação dos meios de comunicação de massa, com franco destaque para o jornal. O minguado público leitor, sobretudo feminino, é pouco versado, embora fascinado pelo discurso ornamental, caudaloso e ostentatório. Por outra parte, ainda, o escritor não é mais membro ou cliente da elite senhoria, próximo portanto do centro de poder, tal como ocorria no século passado. Alterou-se sua condição social, desapareceu o mecenato do Estado monástico e os intelectuais se tornam cateria isolada, tendo que lutar por sua sobrevivência, competindo na sociedade de mercado. Isto explica em parte por que praticamente todos foram jornalistas ou por que eram polígrafos, dedicando-se a vários gêneros ao mesmo tempo. Como ninguém vivia só de sua pena, atividades outras como o magistério ou cargos públicos, obtidos por intermédio de cavações e do prestígio de ser intelectual, figuram no currículo de muitos nomes do período.

Outro dado que colabora para a minimização do potencial problematizante da intervenção intelectual decorre de que grande parte da inteligência da época era composta por homens descendentes de famílias senhoriais em declínio. É freqüente o detalhe de que suas biografias estejam assinaladas (e a coincidência mereceria ser explorada) pela falência material do pai ou pela orfandade paterna, lacuna que afeta a perpetuação da ordem patriarcal. De acordo com Sérgio Mi-

celi⁴, estes intelectuais mantêm com as frações dirigentes um vínculo secundário, mediante relações de parentesco e de compadrio. Estudando suas memórias e autobiografias, o sociólogo paulista constata que seu ingresso nas carreiras intelectuais resulta de algum empecilho que bloqueia o acesso às profissões que levam à ocupação de posições dominantes. Sendo assim, o intento de recuperar o prestígio social, perdido com a desqualificação advinda da decadência das grandes famílias patriarcais brasileiras, que a notoriedade literária propiciava, fará com que muitos procurem a carreira das letras. Vale dizer: longe de ser uma opção visceral, uma atividade que pretende questionar o contexto sócio-cultural e contribuir para o aperfeiçoamento da sociedade e do ser humano, estamos diante de uma sublimação compensatória, minada desde o princípio em suas bases.

Ter instrução significativa ter status. Ser instruído equivalia a não ser atrasado, dependente, ignorante. O ensino e a escola, não necessitando de fornecer mão-de-obra especializada para consolidar a dominação dos setores hegemônicos, pois só a burocracia demandava alguma qualificação, estavam alheados da realidade circundante. A escola não se prestava nem para ensinar os dominados a acatarem os dominantes nem para adestrar os dominantes a exercerem a dominação. Nas palavras certeiras de Florestan Fernandes, a consequência é que "as camadas 'cultas' e 'esclarecidas' converteram a instrução em mero símbolo de uma condição social e cultural. As camadas intermediárias, como meios de ascensão, passaram a procurá-la por essa mesma razão, para ostentar e obter reconhecimento simbólico do acréscimo de prestígio social, mas raramente para servir-se dela como o próprio mecanismo de ascensão. Por fim, as camadas populares ficaram à margem de ambos os processos, já que, dentro delas e para elas, a instrução não podia ser manipulada como símbolo social e o ensino ministrado pelas escolas não estimulava, por si mesmo, nenhuma afeição pela escolarização"⁵.

Em parte devido à falta de Universidades, cuja implantação e difusão data dos anos 30, a grande maioria destes intelectuais era autodidata, na acepção de que não tiveram uma formação específica para produzir os saberes veiculados por suas obras. No entanto, sentaram sobretudo nos bancos das Faculdades de Direito então existentes, completando ou não o curso, o suficiente para que se insemnassem neles o vírus do discurso bacharelesco. A erudição oca será a marca maior

4 MICELI, S. Poder, sexo e letras na República Velha. São Paulo, Perspectiva, 1977: ver também seu Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). São Paulo, Difel, 1979.

5 FERNANDES, F. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo, Dominus, 1966. p. 92-3.

de seu conhecimento. Devoradores de livros, viciados nas citações em latim ou francês, esta indigestão de tomos não redundou em análise e síntese interpretativa, tomando o que a voracidade da leitura deglutia sempre pela via mais epidérmica. Sua helenofilia, seu orientalismo, sua obsessão por Paris e seu gosto pela língua castiça têm sabor de traços de casta. Com isso cultuam sua superioridade, no afã de suprir a neutralização de seu papel social.

O português de cepa os faz diferentes do falar chão e cotidiano da plebe. O helenismo os limpa intelectualmente da mestiçagem, num cultivo da arianização que os branquifica, numa recorrência do saneamento purificador aludido mais atrás. Sua mania de Grécia e dos latinos é decorativa, um apego a uma "hélade de cartolina", nos termos de Brito Broca". Estes eruditos helenizavam de ouvido, já que ninguém poderia ser julgado culto sem citar algum grego ou meia dúzia de palavras em latim. Sua visão de Paris é um modismo a mais, sem qualquer profundidade. Seu orientalismo é de bazar. Não há indagação vertical. Uma cultura floreada, pomposa, sem instrumentalidade, para ser exibida na rua do Ouvidor, nos cafés e nos salões. A vida literária, as igrejinhas, os mexericos da Academia, o bizantinismo das conferências sobrepujam a literatura propriamente dita.

Tamanho vazio cultural atinge tanto a produção quanto o consumo. Os leitores chiques rezam pelo mesmo soneto. E veneram estes verdadeiros ídolos, mitificam as vedetes literárias. Se os intelectuais desempenharam algum papel foi esse, alimentando os devaneios, o bovarismo e a superfluidade do público da *belle époque*, com suas crônicas de passatempo e seus poemas exóticos. Nenhum estímulo à reflexão conseqüente. A literatura confere status e permite a ascensão social. Não se a pense como transgressora e problematizadora das fronteiras do real. Os escritores da época, quando a televisão, os esportes ou a música popular sequer existiam ou estavam engatinhando, correspondiam aos mitos endeusados pelos meios de comunicação de massa de hoje. A *belle époque* exprime a modernização das facetas mais exteriores do complexo sócio-cultural, atingindo a parte mais adiantada do país, aquelas que se encontravam mais à vontade na forma de vida urbana das grandes capitais. O outro Brasil, interiorano, era tido pelos cidadãos como indolente e preguiçoso.

A literatura detinha a palma na área cultural. Mas não seria preciso espetá-la para se perceber que estava murcha,

insossa, “sorriso da sociedade”. Vigora um neo-parnasianismo já bagaço, estilo por excelência das camadas dirigentes, com seu versejar virtuosístico, sua linguagem empolada, pendurada com os berloques das tiradas de efeito, seus ditos galantes, suas chaves de ouro. Prato feito para os modernistas que, não por acaso, em seus momentos mais logrados, reivindicarão uma cultura mestiça e uma “fala impura”⁷.

III

Humberto de Campos pode ser considerado, sob vários aspectos, um intelectual típico dos primeiros decênios do novecentos brasileiro. O advento do Modernismo, na frente artística, e da Revolução de 30, na frente político-social, parecem solapar as bases em que se calçavam sua visão de mundo e suas convicções estéticas. Suas preferências literárias dissipam qualquer hesitação quanto à sua reverência pela ordem clássica (nutre uma admiração incondicional por Coelho Neto e por Olavo Bilac) ou pelo “espírito francês”. Devorador de livros e assíduo freqüentador dos autores antigos, o cronista maranhense parece ter cavalgado “no dorso dos livros” e “na garupa de terceiros”, no sentido de que se assenhora do que leu pelo lado mais episódico, não escapando da erudição de invólucro que é a marca registrada da intelectualidade com que conviveu, estando armado, igualmente, de helenismo, orientalismo e francesismo e do cunho moralizante que permeia tantas obras do período. A contrapartida de sua adesão ao passado cultural europeu é o seu nacionalismo de etiqueta, que repisa o exótico, como se falar de jequitibás ou pitangas, em vez de em álamos ou carvalhos, fosse o bastante para equacionar a identidade cultural brasileira. Tudo isto se enlaça com a missão que delega ao escritor de orientar o leitor incauto e desnortado, trazendo-lhe “a mão, o farol e a bússola”: é o intelectual que, acima do comum dos mortais, dotado de saber e cultura e semeador da verdade, se auto-atribui a função de guia, aspecto que tem o seu desdobramento ideológico.

Como tais pressupostos, Humberto de Campos enfrenta os bárbaros modernistas tentando ser um antepassado sereno em meio à balbúrdia dos moços, cultuando a arte do bem escrever e louvando religiosamente o estilo, espécie de último dos helenos. Seu pensamento social e político parece afinar com suas premissas estéticas. Sua simpatia pelas ca-

7 Refiro-me, por exemplo, à antropofagia oswaldiana e a um dos últimos parágrafos do *Macunaíma*, de Mário de Andrade, do qual extraio a metáfora da “fala impura”. Ver REIS, R. A fala impura. Minas Gerais, Suplemento Literário, Belo Horizonte, 700/701, 1.º mar. 1980 e 702, 15 mar. 1980.

madras mais humildes é meramente sentimental, desprovida de colaboração mais penetrante e efetiva. Partidário de um tirano "filantropo, instruído, inteligente e liberal", reedição de um despotismo esclarecido um tanto ou quanto temporã, o autor de *O arco de Esopo* nutre pelos segmentos socialmente minoritários um paternalismo bem conhecido — o mesmo encontrável num largo grupo de intelectuais que está atado ideologicamente à ordem senhorial decadente, que vislumbrou, com a convulsão republicana e em nome da modernização do país, uma oportunidade de reassumir posições de destaque e mando, no aconchego do poder. Este projeto foi abortado na medida em que instaurou-se um modelo capitalista, que prescindiu da chefia de uma elite pensante. A pena, ao invés de desenhar a auréola da glória, torna-se meio de sobrevivência. A literatura deixa de ser puro sacerdócio para passar a ser um produto a mais, numa sociedade competitiva e de mercado.

Hilário Tácito — pseudônimo de José Maria de Toledo Malta — começa a intrigar desde o nome, alusão tanto ao riso quanto ao historiador latino. Aliás, seu único trabalho literário, paradoxalmente, se apresenta com insistência como história (no que reside sua ficcionalidade), num verdadeiro enxerto de formas. *Madame Pommeroy*⁸ filia-se à tradição sterniana já trilhada por Machado: em todos os capítulos o narrador se extravia do seu "reto caminho", efetua digressões, dialoga ironicamente com o leitor e com outros textos literários filiados à linhagem européia e greco-latina. Este saber, todavia, não se presta a exibicionismos nem visa legitimar a narrativa, como era praxe em seu tempo. O tratamento paródico inverte a prática vigente, mesmo porque *Madame Pommeroy* narra a passagem, por uma São Paulo provinciana, dominada por coronéis meio brancos, de uma marafona, que vem "fazer a América" e remodelar a gentileza, aprimorando a prostituição nativa e reconstituindo todo o edifício da civilização indígena. Não se pensa numa plêiade de homens cultos para o aperfeiçoamento da sociedade. Tampouco é a erudição a vida mestra a mover o progresso. Muito pelo contrário, é da casa noturna *Paradis Retrouvé* e sob o comando de Madame que se origina a sofisticação da sociedade de coronéis e políticos da chamada civilização do café. Longe do moralismo, da presunção de verdade, da parisina renitente e do helenismo exóticos, o texto de Hilário Tácito é um escárnio

8 TÁCITO, H. *Madame Pommeroy*. 2. ed. São Paulo, Academia Paulista de Letras, 1977. Encontrei a primeira menção ao texto de Tácito em Alfredo BOSI. As letras na Primeira República. In: FAUSTO, B., org. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1977. t.3, v.2.

corrosivo, urdido numa linguagem que imita o vernaculismo purista tido como relíquia por tantos parnasianos, numa composição romanesca invulgar para a época.

Humberto de Campos e Hilário Tácito, autores mais ou menos contemporâneos, se situam no quadro da *belle époque* radicalmente em polos opostos. Mesmo a rápida passagem por sua ficção faculta constatar que um tende a acatar os modelos literários em voga, ao passo que o outro os parodia e inverte. Curiosamente, Humberto de Campos gozou de fama em vida, enquanto Hilário Tácito continua a ser um episódio à margem das letras brasileiras. Seria interessante conjecturar o motivo de tal privilégio/rejeição.

Tentando arriscar uma hipótese, diria que a cultura, no Brasil, no que tange aos segmentos médios e cultos, sempre se afinou preferencialmente com o saber de extração européia e greco-latina, com a erudição enciclopédica, com o pretensso refinamento social, num anseio, porventura, dessas mesmas elites e frações medianas de se livrarem de pechas como a de mestiços, antigas colônias, atrasados, subdesenvolvidos. Projetos culturais como aquele empreendido pelo Segundo Império tinham justamente o sentido de tornar cosmopolita o país, entrosando-o com as matrizes do outro lado do Atlântico. Escritores como Tácito ou Lima Barreto, que, sem tocar nas características estruturais de suas narrativas, se inclinaram mais para o submundo dos cabarés ou para os subúrbios, como que infringiam, por conseguinte, os padrões de gosto, o que certamente contribuiu para a negligência de sua produção literária. Recolocá-los em circulação redundaria, portanto, em repensar os critérios que presidem a escolha das obras que devem ser arroladas numa história da literatura. O que significa escrever que se põem entre parênteses os modelos culturais acolhidos pela *belle époque* e que, ao que tudo indica, seduziam igualmente historiadores literários.

Como se puxasse o fio de uma meada, me acodem outras questões. Os escritores de algum modo atrelados aos anos 30 via de regra tiveram sua iniciação como leitores em idêntica tradição cultural. Até que ponto, em suas realizações futuras como homens de letras, irão ou não perfilá-la seria um ponto a ser indagado. Indiscutivelmente, a dicção romanesca de um José Lins, de um Graciliano ou de um Cyro dos Anjos destoa em larga medida de um discurso balofo e neo-parnasiano. Mas — e nisto estou interessado — sua visão de mundo não será tributária do paternalismo, aventado a propósito de Humberto de Campos, e de uma ordem tradicional de valores, ainda patriarcal e masculina? Haveria uma eventual

contigüidade entre aquela formação intelectual e tais componentes ideológicos? Os ficcionistas de 30, formados na ambiência da *belle époque*, estão mais voltados para problematizar o presente da transição brasileira, dando relevo às minorias até então marginalizadas, ou buscam restaurar, em termos de representação literária, com nostalgia e saudosismo, os bons tempos da casa-grande? E 22, que é uma proposta de ruptura com o bacharelismo que imperava no discurso cultural e um intento de flagrar sem disfarces um país miserável, logra êxito na empreitada ou acaba forjando uma mitificação do Brasil, abolindo com o passado recente para resvalar à procura de um eterno presente?

A incursão pela atmosfera intelectual imediatamente anterior ao Modernismo suscita inúmeras perguntas que obrigam a reexaminar os instantes subseqüentes e checar os equacionamentos que a historiografia literária proporciona. Como se encetássemos uma arqueologia do período modernista, conclui-se que o movimento está longe de se iniciar com a Semana. Se se quiser um dimensionamento mais complexo, é imperioso principiar a pesquisa bem antes de 22, para se aquilatar com propriedade os diversos estratos de que se compõem a modernização da literatura e, por extensão, da sociedade brasileira.

Verifica-se ainda, como espécie de apêndice pendente, o problema da cultura popular, praticamente ignorada. Se a literatura era a forma cultural por excelência dos setores médios e dominantes da primeira metade do nosso século e se estudá-la nos ajuda a compreender tais camadas, de que forma nos aproximariamos das frações restantes da estratificação social? Em outras palavras: para se ter uma idéia mais completa do todo socio-cultural, faz-se necessário incorporar outras formas discursivas, não-literárias, uma vez que o texto escrito não é contemplado indiscriminadamente por toda a sociedade.

Por outra parte, o que tem lugar no Brasil da *belle époque* — penso, por exemplo, no estatuto social do escritor — já se manifestara de forma aguda na Europa romântica em meados dos oitocentos. Em descompasso, a modernização brasileira se processa tardiamente, em plena contemporaneidade. Qual o seu alcance? Em que termos se dá tal modernização se, como ficou escrito, persiste o olhar passadista e a elegia por um tempo que se foi?

Por fim, levando-se em conta o papel do intelectual nos anos 20 e o caráter elitista da cultura e da literatura brasileiras, ficam por responder outras perguntas: a literatura não é, em suma, uma manifestação restrita aos grupos dirigentes?

Boa parcela da literatura brasileira não estará encerrada no círculo estreito da classe senhorial, contando sempre uma mesma história, qual seja a do domínio e da queda das elites patriarcais? Dentro deste quadro, tão conservador e bastante autoritário, qual o sentido, enfim, do trabalho intelectual?

Encerro tentando sugerir que uma história da literatura brasileira que se proponha a girar nos limites de uma socio-crítica — conseqüentemente abandonando os preponderantes critérios de 'estilos de época' — terá que pautar-se por distintas categorias de periodização. Estamos a ver que um assédio à referida passagem da sociedade brasileira exige que se abra o compasso do tempo, abarcando, digamos, desde 1850 (data da efetiva proibição do tráfico negreiro, fundamental para a posterior dilapidação da sociedade escravocrata e do Império) até por volta de 1950, quando o país parece ingressar na mais franca modernidade. Uma historicização assim concebida, na qual é incessante a recíproca interferência entre literatura e história, está por ser feita. Provisoriamente, proponho que se denomine a este lapso de tempo tão crucial para a sociedade e para a literatura brasileiras de **transição**. Um estudo deste momento tem que passar pelos traços mais marcantes da vida cultural da chamada **belle époque**.

Não me cabe, nos limites deste ensaio, esboçar explicações para tantos e tamanhos problemas. Ao contrário, meu intuito nestas páginas foi justamente escancarar um leque de indagações, a partir de uma ligeira exposição sobre o ambiente intelectual predominante no princípio do século XX, durante a Primeira República. Acercando-se da literatura produzida no Brasil por vias como essa, o estudioso se depara com diversos veios pouco explorados que, se mapeados, permitiriam decerto um melhor entendimento dos inevitáveis diálogos tecidos entre os textos literários e a história: um pouco mais de luz incidindo nestas interseções sem dúvida faria com que compreendêssemos mais verticalmente a própria formação social brasileira.

9 Aponto nesta direção em meu livro *A permanência do círculo: hierarquia no romance brasileiro*. Niterói, EDUFF, 1987.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BRITO BROCA. A vida literária no Brasil; 1900. Rio de Janeiro, J.Olympio, 1975.
- 2 FAUSTO, B., org. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1977. t. 3, v. 2.
- 3 FERNANDES, F. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo, Dominus, 1966.
- 4 MICELI, S. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). São Paulo, Difel, 1979.
- 5 ———. Poder, sexo e letras na República Velha. São Paulo, Perspectiva, 1977.
- 6 REIS, R. A fala impura. Minas Gerais. Suplemento Literário, Belo Horizonte, 700/701, 1/8 mar. 1980; 702, 15 mar. 1980.
- 7 ———. A leitura como diálogo. Correio do Povo. Caderno de Sábado, Porto Alegre, 19 ago. 1978.
- 8 ———. I Ler/dialogar — notas para uma teoria da leitura. Minas Gerais. Suplemento Literário, Belo Horizonte, 20 out. 1979.
- 9 ———. Para uma sociocrítica ou pedagogia da crítica. Chasqui, 14(1):1984.
- 10 ———. A permanência do círculo; hierarquia no romance brasileiro. Niterói, EDUFF, 1987.
- 11 ———. Por uma teoria da leitura. Vozes, 71(10): 1977.
- 12 ———. Tecendo a leitura. Cadernos de Literatura, 13: 1982.
- 13 ———. org. O miolo e o pão. Niterói, EDUFF, 1986.
- 14 SEVCENKO, N. A literatura como missão. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- 15 TÁCITO, H. Madame Pommery. 2. ed. São Paulo, Academia Paulista de Letras, 1977.